



**CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**EDITAL N. 24/2018**

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso das suas atribuições, e com fundamento nos itens 3 e 4, Capítulo XI, do Edital n. 2/2017, deflagrador do certame, **TORNA PÚBLICO** o programa de pontos que serão objeto da prova oral, a saber:

**PONTO 1**

**DIREITO CIVIL**

1. Das pessoas. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. 2. Ausência. Direitos da Personalidade. 3. Dos bens. Dos bens considerados em si mesmos. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens públicos. Do bem de família.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 – Novo Código de Processo Civil. 2. Constituição e Processo. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Garantias constitucionais do processo. Autonomia do Direito Processual. Institutos e normas fundamentais do processo civil. Direito Processual Constitucional. 3. Normas de Direito Processual Civil: natureza jurídica, fontes, princípios processuais civis, interpretação e direito processual intertemporal. Princípios infraconstitucionais do processo civil. 4. Jurisdição: conceito, características, princípios e espécies. Organização Judiciária. 5. Funções



essenciais à Justiça. Magistratura. Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia Pública e Privada. Órgãos auxiliares da justiça. Assistência judiciária. Taxas judiciárias. 6. Meios alternativos de solução de conflitos: autotutela, autocomposição (conciliação e mediação) e arbitragem. 7. Competência. 8. Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. 9. Processo: pressupostos processuais, atos processuais, vícios dos atos processuais, lugar, tempo e forma dos atos processuais, comunicação dos atos processuais. Atos processuais eletrônicos. Preclusão. 10. Sujeitos do processo: partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros: típicas e atípicas. *Amicus curiae*.

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. Do Código de Defesa do Consumidor. 2. Dos direitos do Consumidor. 3. Das Disposições Gerais. 4. Dos Direitos Básicos do Consumidor. 5. Da qualidade dos produtos e serviços. 6. Da preservação e da reparação de danos (da proteção à saúde e segurança).

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

1. Aspectos Gerais do Direito da Criança e do Adolescente. A proteção da infância no Brasil. O Direito Penal do menor. Situação irregular. 2. O Direito de ser Criança e Adolescente. Retrospectiva Histórica. A proteção integral. O Princípio do Melhor Interesse da Criança. 3. A Trilogia da Proteção Integral. Aspectos Legais e Constitucionais. Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança - ONU 1989.

## **DIREITO PENAL**

1. Princípios constitucionais penais. 2. Aplicação da lei penal. 3. Imputabilidade penal. 4. Coação irresistível e obediência hierárquica. 5. Concurso de pessoas. 6. Livramento condicional. 7. Efeitos da condenação. 8. Crimes contra a Paz Pública.



9. Crimes contra a fé pública. 10. Crimes contra a administração pública. 11. Crimes de menor potencial ofensivo. Juizado especial criminal (Lei n. 9.099/1995). 12. Crimes de tortura (Lei n. 9.455/1997).

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Princípios constitucionais do processo penal. 2. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 3. Inquérito policial. 4. Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. Ação penal de iniciativa pública. Titularidade, condições de procedibilidade. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. Ação penal de iniciativa privada: Titularidade. Queixa. Renúncia. Perdão. Decadência. Perempção. Extinção da punibilidade. 5. Jurisdição e competência. Critérios de determinação e modificação de competência. Incompetência. Conexão e continência.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Constituição: fontes; conceito; objeto; classificações; estrutura. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais. 2. Poder constituinte. 3. Controle de constitucionalidade. Sistemas. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Efeitos da decisão no controle abstrato. A fiscalização abstrata no plano estadual. A Fiscalização incidental. Controle de constitucionalidade das leis municipais. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. Súmula vinculante. Repercussão Geral.

### **DIREITO ELEITORAL**

1. Dos órgãos da Justiça Eleitoral. Do Tribunal Superior Eleitoral. Dos Tribunais Regionais Eleitorais. Dos Juízes Eleitorais. Das Juntas Eleitorais. Composição e atribuições. Do Ministério Público Eleitoral. 2. Do Alistamento Eleitoral, ato e efeitos



da inscrição, transferência e encerramento. Cancelamento e exclusão do eleitor. Do domicílio eleitoral. 3. Do Sistema Eleitoral: Sistema Majoritário e Sistema Proporcional. 4. Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições). Lei nº 9.096/1995 (partidos políticos), Lei Complementar nº 64/1990. Código Eleitoral. 5. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas Eleitorais.

### **DIREITO EMPRESARIAL**

1. Do Direito de Empresa. Do Empresário. Da caracterização e da inscrição. Da capacidade. Da empresa individual de responsabilidade limitada (Lei nº 12.441/2011). 2. Da Sociedade. Disposições gerais. Da sociedade não personificada. Da sociedade em comum. Da sociedade em conta de participação. Da sociedade personificada. Da sociedade simples. Da sociedade em nome coletivo. Da sociedade em comandita simples. Da sociedade limitada. Da sociedade anônima. Da sociedade em comandita por ações. Da sociedade cooperativa. Das sociedades coligadas. 3. Da liquidação da sociedade. Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades. Da sociedade dependente de autorização. Da Desconsideração da personalidade jurídica.

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

1. O Estado e o poder de tributar. Fundamentos da imposição tributária, suas limitações no nosso ordenamento. Imunidade, isenção, alíquota zero, diferimento, incidência e não incidência. 2. Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais tributários. Competência legislativa e Competência Tributária. Limitações da competência tributária. Discriminação, repartição, destinação e vinculação constitucional da receita tributária. Fundos de participação. 3. Fontes do direito tributário. Hierarquia das normas. Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. Legislação tributária. Conceitos. Lei ordinária e lei complementar, Lei Delegada, Decretos Legislativos, Resoluções do Senado, Atos Normativos de Autoridade Administrativa, Decretos e Despachos Normativos do



Executivo, Resoluções Administrativas, Portarias, Decisões Administrativas e Consultas. Matérias reservadas à previsão por Lei Complementar. Medida provisória. Tratados e convenções internacionais. Convênios do CONFAZ. 4. Impostos federais, estaduais e municipais.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. Função administrativa. Regime jurídico administrativo. 2. Poderes da Administração. 3. Princípios da Administração Pública. 4. Organização administrativa.

### **DIREITO AMBIENTAL**

1. Meio Ambiente. Teoria Geral do Direito ambiental. Conceito. Natureza. Fontes e Princípios. 2. Política ambiental constitucional. Deveres ambientais. Deveres ecológicos e regulamentação da atividade econômica na Constituição Federal. 3. Direito Ambiental Constitucional. O artigo 225 da Constituição Federal. Competência legislativa em matéria ambiental. Competências legislativas exclusivas e concorrentes.

### **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA**

Sociologia do direito:

1. Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas. 2. Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito. 3. Direito, Comunicação Social e opinião pública. 4. Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios.

## **PONTO 2**

### **DIREITO CIVIL**

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; Aplicação da Lei no Tempo e no Espaço. Interpretação e Integração da Lei. Analogia. Princípios Gerais do Direito e Equidade. Usos e Costumes. 2. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova. 3. Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Procedimento comum: petição inicial, tutelas provisórias, tutela de urgência e de evidência, citação, respostas do réu, revelia, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, provas, indícios e presunções, audiência, sentença e coisa julgada. 2. Sentença. Conteúdo. Defeitos das sentenças. Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Relativização da coisa julgada. Julgamento liminar de improcedência. 3. Provas. Teoria geral da prova. Objeto, fonte e meios. Admissibilidade. Provas típicas e atípicas. Provas ilícitas. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. 4. Normas processuais civis e medidas tutelares: no Estatuto da Criança e Adolescente; no Estatuto do Idoso; no Estatuto das Cidades; no Estatuto da Pessoa com Deficiência; no Código de Defesa do Consumidor. 5. Tutelas declaratórias, condenatórias, mandamentais, cominatórias e específicas.

### **DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. 2. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço. 3. Da decadência e da prescrição. 4. Da descon sideração da personalidade jurídica. 5. Das práticas comerciais (das disposições gerais). 6. Da Oferta. 7. Da publicidade.





## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

1. Responsabilidade Civil. Danos Causados por Crianças e Adolescentes. 2. Direito à Vida e a Proteção ao Nascituro. Aspectos constitucionais e legais. 3. Direito Fundamental à Convivência Familiar e Comunitária. Parentesco. Poder Familiar. Aspectos gerais, constitucionais e legais. 4. Colocação em Família Substituta: Guarda, Tutela e Adoção. Abrigo e alternativas de acolhimento familiar.

## **DIREITO PENAL**

1. Crime. Conceito. Elementos. 2. Tipicidade. Elementos. Causas de exclusão. 3. Ilícitude. Causas de exclusão. 4. Penas privativas de liberdade. 5. Penas restritivas de direitos. 6. Reabilitação. 7. Medidas de segurança. 8. Contravenções penais. 9. Execução Penal. 10. Crimes de trânsito (Lei n. 9.503/1997). 11. Crimes ambientais (Lei n. 9.605/1998). 12. Crimes de licitações e contratos da administração pública (Lei n. 8.666/1993).

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Das questões e processos incidentes. 2. Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. 3. Sujeitos processuais: do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça. Vítima no processo penal. 4. Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. Disposições gerais. Da prisão em flagrante. Da prisão preventiva. Da prisão domiciliar. Das outras medidas cautelares. Da liberdade provisória, com ou sem fiança. Da prisão temporária. 5. Das medidas assecuratórias.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Estado Federal. 2. Princípios fundamentais. 3. Direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Tratados e convenções sobre direitos humanos. A razoável duração do processo. Direitos sociais. Direitos políticos. Partidos políticos. Direitos de nacionalidade. Tutela constitucional dos direitos e das



liberdades. Mandado de segurança, individual e coletivo. Mandado de Injunção. *Habeas corpus*. *Habeas data*. Ação popular. Tratados internacionais sobre direitos humanos.

### **DIREITO ELEITORAL**

1. Do registro de candidatos. Elegibilidade e inelegibilidade. Impugnação de registro de candidatos. 2. Da votação: atos preparatórios, início e encerramento. Dos lugares de votação, das seções eleitorais e das mesas receptoras. Da polícia e da fiscalização perante as mesas receptoras. Da apuração. 3. Das impugnações perante as juntas eleitorais. Da proclamação e da diplomação dos eleitos. 4. Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições). Lei nº 9.096/1995 (partidos políticos), Lei Complementar nº 64/1990. Código Eleitoral. 5. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas Eleitorais.

### **DIREITO EMPRESARIAL**

1. Do Estabelecimento. Disposições gerais. 2. Dos Institutos Complementares: Do registro. Do nome empresarial. Dos prepostos. Da escrituração. 3. Do Registro Público de Empresas (Lei n. 8.934/1994).

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

1. Regras de vigência, aplicação, e integração. Interpretação e integração da legislação tributária. 2. Obrigação tributária. Obrigação principal e acessória. Fato Gerador: ocorrência, aspectos materiais, temporal e espacial. Elementos valorativos: base de cálculo e alíquota. Efeitos, consequências, validade e invalidade dos atos jurídicos. Sujeito ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. Solidariedade. A imposição tributária e as convenções particulares. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Fato gerador. Hipótese de Incidência: noção, aspectos. 3. Decadência e Prescrição em matéria tributária.





Prescrição intercorrente judicial e administrativa. 4. Impostos federais, estaduais e municipais.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. Entidades de colaboração. 2. Ato administrativo. 3. Processo administrativo. 4. Licitações e contratos administrativos. Acordos celebrados pela Administração. 5. Intervenção do Estado sobre a propriedade privada.

### **DIREITO AMBIENTAL**

1. Bens Ambientais. Águas, cavidades naturais subterrâneas. Energia. Espaços territoriais protegidos e seus componentes: Fauna, Flora, Florestas, Ilhas, Paisagem, Mar Territorial, Praias fluviais, Praias marítimas. Recursos naturais da plataforma continental. Recursos da Zona Econômica Exclusiva. Sítios arqueológicos e pré-históricos. Terrenos de marinha e seus acrescidos. Terrenos marginais. 2. Política Nacional do Meio Ambiente. Princípios da PNMA. Objeto. Finalidade. Instrumentos da PNMA. SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente. Objeto. Órgãos integrantes. Órgão Superior. Conselho de Governo. 3. Órgão Consultivo e Deliberativo (CONAMA). Órgão Central – Ministério do Meio Ambiente. Recursos Hídricos e Amazônia legal. Órgão executor – IBAMA. Órgãos Setoriais. Órgãos Seccionais e órgãos locais. Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Licenciamento Ambiental. Sistema de Licenciamento.

### **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA**

Psicologia judiciária:

1. Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia. 2. Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual. 3. Teoria do conflito e os mecanismos auto compositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada



dos conflitos. 4. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.

### **PONTO 3**

#### **DIREITO CIVIL**

1. Dos contratos em geral. Das várias espécies de contrato. Dos atos unilaterais. 2. Da responsabilidade civil em geral. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Abuso do direito. 3. Das preferências e privilégios creditórios.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Processo nos tribunais: uniformização de jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade e ordem do processo nos tribunais. 2. Recursos e meios de impugnação. Teoria geral dos recursos. Princípios. Admissibilidade e efeitos. Princípios. Apelação, agravos, embargos de declaração, embargos de divergência, reexame necessário, ação rescisória, mandado de segurança contra ato judicial, ação declaratória de inexistência de ato processual e *querela nullitatis*. Recursos nos Tribunais Superiores. Regimento Interno do TJSC, do STJ e STF. Lei Federal n. 8.038/90. Repercussão Geral. Súmula. Súmula Vinculante. Lei Federal n. 11.417/06. Precedentes: teoria geral, *distinguishing* e *overhulling*.

#### **DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. Das práticas abusivas. 2. Da cobrança de dívidas. 3. Dos Bancos de dados e cadastros dos consumidores. 4. Da proteção contratual: disposições gerais. 5. Das cláusulas abusivas. 6. Dos Contratos de adesão. 7. Da defesa do consumidor em juízo.



## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

1. Direito Fundamental à Educação e Cultura. Fundamentos constitucionais e legais. Os direitos infanto-juvenis na LDB (Lei nº 9.394/96 e suas atualizações). 2. O Direito à Profissionalização e a Proteção do Trabalho Urbano e Rural do Adolescente. 3. Direito Fundamental à Saúde da Criança e do Adolescente. Portaria MS/GM n. 1.082/2014. 3. Conselho Tutelar. Fundo da Infância e Adolescência.

## **DIREITO PENAL**

1. Relação de causalidade. 2. Consumação, tentativa, crime impossível, desistência voluntária e arrependimento eficaz 3. Pena de multa. 4. Limite das penas. 5. Cominação das penas. 6. Ação Penal. 7. Extinção da punibilidade. 8. Abuso de autoridade (Lei n. 4.898/1965). 9. Preconceito Racial (Lei n. 7.716/1989). 10. Crimes lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n. 9.613/1998). 11. Crimes previstos no estatuto do desarmamento (Lei n. 10.826/2003). 12. Organização Criminosa (Lei n. 12.850/2013).

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Das citações e intimações. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. 2. Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Formas procedimentais. Procedimento comum. Instrução criminal. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Procedimento sumaríssimo. Juizados Especiais Criminais. Procedimento relativo ao Tribunal do Júri. Desaforamento. Procedimentos especiais, inclusive de leis especiais. 3. Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. 4. Dos prazos: características, princípios e contagem. 5. Da sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. Efeitos civis da sentença penal.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Organização do Estado Brasileiro: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios. Organização político-administrativa. Repartição de competências. Bens públicos. 2. Intervenção nos Estados e nos Municípios. 3. Administração pública. Disposições gerais. Servidores públicos. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais e do Estado de Santa Catarina.

## **DIREITO ELEITORAL**

1. Dos recursos eleitorais. Pressupostos de admissibilidade. Efeitos e prazos. Recursos perante as Juntas e Juízos Eleitorais e Tribunais Regionais. Recurso contra diplomação. 2. Dos partidos políticos: registro e funcionamento partidário. Da filiação partidária. Das finanças e contabilidade dos partidos. Prestação de contas. 3. Da propaganda eleitoral. Do acesso gratuito ao rádio e à televisão. Propaganda partidária fiscalização. Pesquisas e testes pré-eleitorais. Direito de resposta. 4. Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições). Lei nº 9.096/1995 (partidos políticos), Lei Complementar nº 64/1990. Código Eleitoral. 5. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas Eleitorais.

## **DIREITO EMPRESARIAL**

1. Da Recuperação Judicial, Extrajudicial e a Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (Lei n. 11.101/2005).

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

1. Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade por infrações, responsabilidade pessoal. Responsabilidade supletiva. Substituição tributária. Pagamento indevido: Compensação e Repetição de Indébito. 2. Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. Caráter vinculado da atividade de lançamento, efeitos e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. 3. Tributos.



Conceito. Natureza jurídica. Classificação: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais. Contribuições: espécies e natureza jurídica. Pedágio. Tributação dos ganhos de capital: tendências do sistema e seus fundamentos. Tributação sobre o valor agregado: tendências do sistema e seus fundamentos. 4. Impostos federais, estaduais e municipais.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. Origens, objeto e conceito do Direito Administrativo. 2. Improbidade administrativa. 3. Serviços públicos. 4. Intervenção do Estado no domínio econômico. Regulação. 5. Bens públicos.

### **DIREITO AMBIENTAL**

1. Tipos de Licenciamento (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação). Outorgas das Licenças. Licença Ambiental para fins específicos. Função e Natureza Jurídica do Estudo de Impacto Ambiental. 2. Conceito jurídico de impacto ambiental. Exigência Constitucional dos Estudos de Impacto Ambiental. O EIA na legislação nacional. Competência Legislativa sobre o EIA. Competência para exigir o EIA. Estados e Municípios. Competência do CONAMA para estabelecer as diretrizes sobre o EIA. Normas Gerais. Conteúdo do EIA. RIMA. Audiência Pública. As licitações e o EIA. 3. Conceito de Zoneamento Ambiental. Finalidade. Natureza jurídica. Zoneamento Ambiental Urbano. Zonas de Uso Industrial – ZUI. Zonas de Uso Estritamente Industrial – ZUEI. Zona de Uso Predominantemente Industrial – ZUPI. Zona de Uso Diversificado – ZUD. Zoneamento Ambiental Agrícola e Zoneamento Ambiental Costeiro.

### **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA**

Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional:

1. Regime jurídico da Magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções. 2. Direitos e deveres funcionais da Magistratura. 3. Código de Ética da



Magistratura Nacional. 4. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça. 5. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados. 6. Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.

#### **PONTO 4**

##### **DIREITO CIVIL**

1. Do direito das coisas. 2. Da posse: aquisição, efeitos, perda. Os interditos possessórios. Usucapião. 3. Dos direitos reais. Da propriedade. Do condomínio. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. 4. Das disposições finais e transitórias do Código Civil Brasileiro, artigos 2.028 a 2.046.

##### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Execução de título executivo judicial e extrajudicial. 2. Liquidação. 3. Cumprimento de sentença e processo de execução: espécies, procedimentos, execução provisória e definitiva. Execuções especiais no CPC. 4. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Ações prejudiciais à execução. 5. Tutela de urgência e de evidência. Tutela antecipada e tutela cautelar. 6. A Fazenda Pública como parte no processo: polos ativo e passivo. Prerrogativas. Tutela antecipada, tutela específica. Ação de conhecimento e execução. A Fazenda nos procedimentos especiais. Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual. 7. Ação de usucapião. Usucapião como matéria de defesa. Usucapião extrajudicial. 8. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Teoria geral. Ação de consignação em pagamento; ação de exigir e de prestar de contas; ações possessórias; ação de nunciação de obra nova; ação de usucapião; ações de divisão e demarcação. 9. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa:

inventário e partilha, alimentos, embargos de terceiro, oposição, habilitação, restauração de autos, vendas a crédito com reserva de domínio, ação monitória. Ação de dissolução parcial de sociedade. 10. Ações falimentares. Arbitragem. Compromisso arbitral e cláusula compromissória. Tutelas de urgência antes, durante e depois do processo arbitral. Impugnação judicial da sentença arbitral. Meios alternativos de solução de conflito (Resolução n. 125 de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça). Instauração da Arbitragem. Ação para obtenção do compromisso arbitral. Impedimento e Substituição do Árbitro. Responsabilidade do Árbitro. Cooperação do Poder Judiciário com a Arbitragem. 11. Processo coletivo. Tutela dos interesses transindividuais. Conceito. Espécies. Mecanismos processuais e respectivos procedimentos. Ação civil pública. 12. Ação declaratória de inconstitucionalidade/constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito fundamental. 13. *Habeas Corpus*, *Habeas Data* e Mandado de Injunção.

### **DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. Das disposições do Código de Defesa do Consumidor relacionadas a defesa do consumidor em juízo. 2. Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. 3. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. 5. Da tutela específica nas obrigações de fazer ou não fazer. 6. Da sentença. 7. Da coisa julgada.

### **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

1. Crimes e Infrações Administrativas contra a Criança e Adolescente: Código Penal, Estatuto e Legislação Especial. Aspectos constitucionais e legais. 2 Ato Infracional. Garantias Processuais. Aplicação de Medidas de Proteção e Medidas Socioeducativas. 3. Lei n. 12.594/2012. 4. Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. 5. Provimento Corregedoria CNJ n. 32/2013. 6. Resolução CNJ n. 165/2012.





## **DIREITO PENAL**

1. Arrependimento posterior. 2. Dolo e culpa. 3. Aplicação das penas. 4. Suspensão condicional da pena. 5. Concurso de crimes. 6. Crimes contra a pessoa. 7. Crimes contra o patrimônio. 8. Crimes praticados contra a criança e adolescente (Lei n. 8.069/1990). 9. Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/1990). 10. Violência doméstica (Lei n. 11.340/2006) 11. A lei antidrogas (Lei n. 11.343/2006). 12. Estatuto do Idoso.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Da coisa julgada penal. Inimputabilidade e processo penal. 2. Das nulidades. 3. Dos recursos em geral: princípios, modalidades, recursos em espécie e fungibilidade. 4. Recursos especial e extraordinário. 5. Das ações de impugnação. Da revisão criminal. Do *Habeas corpus*. Do mandado de segurança. Das exceções.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Organização dos Poderes na Constituição Federal. Poder Executivo. Competências, estrutura e responsabilidade. Ministros de Estado. Poder Legislativo. Imunidade parlamentar. Processo legislativo. Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Súmula vinculante. Superior Tribunal de Justiça. Competência. Recurso Especial. Conselho Nacional de Justiça. Dos Tribunais e Juízes dos Eleitorais. Dos Tribunais e Juízes dos Estados. Direitos e Deveres da Magistratura. Garantias da Magistratura. LOMAN (LC nº 35/79). Funções essenciais à Justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Advocacia e da Defensoria Pública. 2. Poder Executivo do Estado de Santa Catarina. Atribuições e responsabilidades do Governador e do Prefeito. 3. Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina. Imunidade dos deputados estaduais e dos vereadores. Processo legislativo estadual. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas do Estado.

---





## **DIREITO ELEITORAL**

1. Da ação de impugnação de mandato eletivo. Da investigação judicial eleitoral. Do Mandado de Segurança. 2. Dos crimes eleitorais. Conceito, natureza e classificação. Tipos previstos na legislação eleitoral. 3. Do Processo Penal Eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Ação Penal. Competência em matéria criminal eleitoral. Rito processual penal eleitoral. Invalidação e nulidade de atos eleitorais. 4. Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições). Lei nº 9.096/1995 (partidos políticos), Lei Complementar nº 64/1990. Código Eleitoral. 5. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas Eleitorais.

## **DIREITO EMPRESARIAL**

1. Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n. 123/2006). 2. Da Letra de Câmbio e da Nota Promissória (Decreto n. 2.044/1908, Decreto n. 57.663/1966). 3. Do Cheque (Lei n. 7.357/1985). Da Duplicata (Lei n. 5.474/1968). 4. Do Protesto de Títulos (Lei n. 9.492/1997). 5. Dos Títulos de Crédito Comercial (Lei n. 6.840/1980). 6. Dos Títulos de Crédito Rural (Decreto Lei n. 167/1967 e Lei n. 11.076/2004). 7. Das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/1976).

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

1. Administração tributária: fiscalização, sigilo, auxílio da força pública, excesso de exação. Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez e consectários. Certidões. Fiscalização. Arrecadação. 2. Processo administrativo fiscal: consulta, contencioso administrativo. Processo judicial Tributário. Ações de iniciativa do fisco: execução fiscal, cautelar fiscal. Ações de iniciativa do contribuinte: anulatória do débito fiscal, declaratória, de consignação em pagamento, de repetição de indébito, mandado de segurança. 3. Tributação internacional. Acordos para evitar a dupla tributação. Aspectos tributários da OMC, MERCOSUL, ALADI e ALCA. Incentivos fiscais. Legislação. Análise crítica do sistema e de seus reflexos no desenvolvimento do País. Evasão e elisão tributárias. 4. Impostos federais, estaduais e municipais.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. Agentes públicos. 2. Responsabilidade extracontratual do Estado. 3. Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração. Acesso à informação pública pelo cidadão. Combate à corrupção na Administração Pública. 4. A reforma do Estado: disciplina e efeitos. Formas de parceria com a iniciativa privada. Parceria público-privada. Terceirização. Fomento. Consórcios Públicos.

## **DIREITO AMBIENTAL**

1. O Dano Ambiental. Apuração do Dano Ambiental. Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal por danos ao Meio Ambiente. Infrações Administrativas Ambientais. Sanções para as infrações administrativas ambientais. O Poder de Polícia e Direito Ambiental. 2. Meios processuais para a defesa ambiental. Ação Popular. Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/1985). Competência para o processamento e julgamento das ações civis públicas por danos ao meio ambiente. Legitimidade ativa. Mandado de Segurança Coletivo. Desapropriação. Tombamento. A tutela inibitória em matéria de proteção ao meio ambiente. A tutela de urgência no direito ambiental. O acesso coletivo à tutela jurisdicional em matéria ambiental. 3. Crimes contra o meio ambiente (Lei n. 9.605/1998). Responsabilidade penal ambiental. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Ação e processo penal. Competência para julgar os crimes contra o meio ambiente. Crimes contra a fauna. Crimes contra a flora. Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural. Crimes de poluição.

## **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA**

Filosofia do direito:

1. O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico político. Divergências sobre o conteúdo do conceito. 2. O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral. 3. A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-

dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável. Teoria Geral do Direito e da Política.

## **PONTO 5**

### **DIREITO CIVIL**

1. Do direito de família. Casamento. Do direito pessoal. Do direito patrimonial. Da união estável. Da tutela e da curatela. 2. Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do inventário e da partilha. 3. Legislação Especial: Registros públicos (Lei n. 6.015/1973). Da alienação fiduciária (Decreto-Lei n. 911/1969). Lei n. 9.514/1997. Do condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias (Lei n. 4.591/1964), Lei n. 10.931/2004. Do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003). Da locação de imóveis urbanos (Lei n. 8.245/1991). Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei n. 13.146/15).

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Reclamação. 2. Ação popular. 3. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Características. Alienações Judiciais. Testamento e Codicilo. Herança Jacente. Bens dos Ausentes. Coisas Vagas. Interdição. Tutela. Organização e Fiscalização das Fundações. Especialização da Hipoteca Legal. Emancipação. Sub-rogação. Alienação, arrendamento ou oneração de bens de incapazes. Alienação de quinhão em coisa comum. Extinção do Usufruto e de fideicomisso. Divórcio e separação consensuais. Extinção consensual de união estável. Alteração do regime de bens do matrimônio. 4. Ações locatícias. Ação de Despejo. Ação Revocatória. Ação Revisional. Ação Consignatória. 5. Divórcio. Inventário e Partilha Extrajudiciais. 6. Ações de Direito de Família. 7. Pedido de suspensão de liminares e de sentenças.





## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. Da liquidação da sentença coletiva. 2. Do cumprimento da sentença. 3. Noção de verossimilhança e hipossuficiência para a facilitação da defesa em juízo dos direitos do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova. 4. Sanções administrativas e penais: Da competência concorrente. Multa, apreensão, inutilização, cassação de registro, proibição de fabricação, suspensão temporária de atividade, revogação ou cassação de concessão ou permissão, da interdição. 5. Da Contrapropaganda. 6. O sistema nacional de defesa do consumidor: A política nacional de relações de consumo – SNDC e PROCON. 7. Relação de consumo no Serviço Público.

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

1. A Justiça da Infância e Juventude. Aspectos Processuais e Procedimentos Especiais. O Ministério Público e a Defesa na Lei n. 8.069/1990. Suspensão e perda do poder familiar. Colocação em família substituta. Apuração de irregularidades nas entidades de atendimento. 2. A prevenção geral e especial no Estatuto. Formas de controle. A ação civil pública. 3. Resolução CONANDA n. 169/2014.

## **DIREITO PENAL**

1. Culpabilidade. Pressupostos. Causas de exclusão. 2. Erro sobre elementos do tipo, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa e erro sobre a ilicitude do fato. 3. Conflito aparente de normas. 4. Erro na execução. 5. Crimes contra a propriedade intelectual. 6. Crimes contra a dignidade sexual. 7. Crimes contra incolumidade pública. 8. Crimes do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990). 9. Crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo (Lei n. 8.137/1990). 10. Crime contra a economia popular (Lei n. 1.521/1951). 11. Crimes praticados por prefeitos e vereadores (Decreto-lei n. 201/1967). 12. Crimes Falimentares.



## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Lei n. 7.210/1984. Da execução das penas em espécie. Dos incidentes da execução penal. 2. Aspectos processuais penais constantes da Lei n. 8.072/1990, Lei n. 9.099/1995, Lei n. 10.259/2001, Lei n. 9.296/1996, Lei n. 9.613/1998, Lei n. 10.826/2003, Lei n. 11.340/2006, Lei n. 11.343/2006, Lei n. 12.850/2013, com as alterações legislativas que seguiram em relação a elas. 3. Lei n. 4.898/1965 (Abuso de autoridade). 4. Código de Trânsito Brasileiro. 5. Lei n. 8.038/1990. Normas procedimentais para processos perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Organização Judiciária. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. 2. Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Da Política Urbana. Tributação e orçamento. Do Sistema Tributário Nacional. Das Finanças Públicas. 3. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Emenda Constitucional n. 45/04 – Reforma do Judiciário. Emendas Constitucionais. 4. Da Ordem Social. Seguridade Social. Da educação, da cultura e do desporto. Da ciência e tecnologia. Da comunicação social. Dos índios. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.

## **DIREITO ELEITORAL**

1. Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições). Lei nº 9.096/1995 (partidos políticos), Lei Complementar nº 64/1990. Código Eleitoral. 2. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas Eleitorais. 3. Dos partidos políticos: registro e funcionamento partidário. Da filiação partidária. Das finanças e contabilidade dos partidos. Prestação de contas. 4. Dos órgãos da Justiça Eleitoral. Do Tribunal Superior Eleitoral. Dos Tribunais Regionais Eleitorais. Dos Juízes Eleitorais. Das Juntas Eleitorais. Composição e atribuições. Do Ministério Público Eleitoral. 5. Do

Processo Penal Eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Ação Penal. Competência em matéria criminal eleitoral. Rito processual penal eleitoral. Invalidação e nulidade de atos eleitorais.

### **DIREITO EMPRESARIAL**

1. Da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras (Lei n. 6.024/1974). 2. Da Propriedade industrial (Lei n. 9.279/1996). 3. Direito autoral (Lei n. 9.610/1998). 4. Títulos de crédito.

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

1. Direito financeiro: sede constitucional, seu objeto e suas fontes. Normas gerais de direito financeiro e de direito tributário: autonomia científica e normativa. Atividade financeira do Estado: fundamentos financeiros, econômicos e jurídicos. Finalidades. Aspectos tributários das leis: de responsabilidade tributária, de diretrizes orçamentárias, de orçamento anual, Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações. 2. Ilícito tributário. Ilícito e sanção. Ilícito administrativo tributário. Ilícito penal tributário: crimes contra a ordem tributária, apropriação indébita. Sanção administrativa e sanção penal. Responsabilidade penal. Sanções pessoais e patrimoniais. 3. Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006). 4. Impostos federais, estaduais e municipais.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. Mandado de Segurança individual. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção. *Habeas Data*. 2. Prescrição e decadência nas relações jurídicas envolvendo a Administração. 3. Infrações e sanções administrativas. 4. Fazenda Pública em juízo.



## **DIREITO AMBIENTAL**

1. O Direito Ambiental Internacional. Conceito. Fontes do Direito ambiental internacional. Princípios gerais do direito ambiental internacional. MERCOSUL e Direito Ambiental Internacional. Procedimentos administrativos de prevenção de dano ambiental nacional transfronteiriço. As Organizações Não-Governamentais. ONGs. 2. Conceito de Poluição. Poluição das águas. Poluição Atmosférica. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por rejeitos perigosos. Poluição por agrotóxicos. Poluição sonora. Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação: Fundamento Constitucional. Mudança do Clima e Mercado de Carbono. 3. Parcelamento e loteamento do solo urbano. Lei nº 6.938/1981 – política nacional do meio ambiente. Estatuto da Cidade. Lei nº 12.651/2012 (novo código florestal). Lei nº 16.342/2014 (Código Estadual do Meio Ambiente).

## **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA**

Filosofia do direito:

1. Direito objetivo e direito subjetivo. 2. Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante. 3. Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho. 4. O conceito de Política. Política e Direito. 5. Ideologias. 6. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).

Florianópolis, 17 de maio de 2018.

  
**Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO**